

**Ana Claudia dos Santos Ferreira**

Doutora em Ciências da Educação;  
Mestra em Ciências da Educação;  
Pós-graduada em Psicopedagogia pela  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM);  
Pós-graduada em Ensino da geografia da Amazônia Brasileira  
pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).  
Licenciatura Plena em Geografia pela  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

**Ana Kyssia Ferreira Filatoff**

Mestra em Ciência da Educação  
pela Universidade Del Sol (UNADES);  
Pós-graduada em gestão Ambiental pela  
Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI);  
Graduada em Ciências Biológicas  
pela Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo verificar os mecanismos que possibilitem à articulação associativista na construção e preservação socioambiental no conjunto Habitacional Nova Cidade nos anos de 2006 a 2019. Foram realizados estudos de caso no ano de 2006 com base nos métodos qualitativo-quantitativo, exploratório e sequencial, em que o desenvolvimento da investigação se deu em duas etapas distintas: A primeira, concentrou-se na avaliação dos instrumentos utilizados na gestão ambiental das áreas selecionadas através de técnicas de sondagem (entrevistas e/ou formulários de observação) junto às instituições e/ou responsáveis pela sua administração. A segunda fase procurou aferir o nível de empenho e participação dos residentes destas áreas através de técnicas de sondagem (aplicação de questionários de percepção ambiental), com os seguintes objetivos específicos: 1- avaliar o desenvolvimento socioeconômico da região utilizada para a construção do conjunto habitacional Nova Cidade, 2- Demonstrar há quem cabe à responsabilidade da proteção ambiental do empreendimento habitacional, bem como, 3- especificar como a participação da comunidade residente, contribui para a defesa socioambiental do lugar. Considerando os resultados, é possível inferir que em 2006 os níveis de participação dos moradores na gestão associativista era discreta, com poucos grupos demonstrando o desejo de participação efetiva da comunidade em visar uma qualidade de vida socioeconômica. Todavia, no decorrer dos anos, atualmente, a organização social sofreu transformações positivas e negativas em que houve um favorável crescimento econômico para a população com o aumento do comércio na região, não sendo o mesmo

resultado para o desenvolvimento social, onde houve uma crescente base populacional em situação de pobreza, violência, urbanização precária e segregação residencial.

**Palavras-chave:** urbanização; segregação residencial; gestão ambiental.

## **INTRODUÇÃO**

Dentre os diversos acontecimentos históricos ocorridos no Estado do Amazonas, quatro marcam, de forma significativa, o processo de ocupação e estruturação da cidade de Manaus: 1) A ocupação por meio das fortificações, onde os espaços amazônicos foram ocupados pelos portugueses num impulso geopolítico de expansão e segurança de fronteiras e pontos estratégicos; 2) O Ciclo da Borracha, período que marca uma fase de intensa dinamização e interiorização socioeconômica na região; 3) O período de estagnação socioeconômica da região, iniciada por volta de 1913 com o declínio da comercialização da borracha amazônica em decorrência da entrada no mercado da produção asiática; 4) O Ciclo da Zona Franca, estabelecido após o golpe militar, quando a Amazônia passa a ocupar espaço nos grandes discursos e preocupações nacionais.

É importante ressaltar que a urbanização e meio ambiente estão diretamente ligados. Os impactos gerados na construção de conjuntos habitacionais, envolvem crescente desmatamento, influenciando também em outras atividades, como a agricultura, a pecuária, a mineração e a geração de energia. A semelhança em meio a dinâmica urbanística da cidade de Manaus e a criação de grandes conjuntos residenciais populares, em particular o Nova Cidade, mostra-se de forma mais significativa através do período, marcado pelo advento da implantação da Zona Franca em Manaus, por ser este um dos principais, senão, o principal fator de explicação do processo de urbanização da cidade, estabelecida por meio das mudanças ocorridas tanto na estrutura espacial como no seu crescimento demográfico.

Estas ações concorrem para a existência de um segundo surto econômico no Amazonas, marcado por um grande arranque no processo de desenvolvimento industrial e comercial. Cumpriram-se propósitos nessas duas atividades, porém, não se estabeleceu uma total integração entre os setores da economia, na medida em que se excluíram as verdadeiras riquezas da região e o homem da terra, vitimado por uma urbanização anômala. O que trataremos no item a seguir.

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Na busca de mecanismos de inclusão do ser humano no contexto socioambiental a moradia surge como um dos problemas cruciais da cidade hoje é o problema da moradia. Entretanto, antes de discutirmos este problema, abordaremos a produção da cidade na sociedade desigual ou produção da cidade no capitalismo.

O ritmo acelerado de crescimento da população urbana e a superconcentração do capital nacional e internacional nas metrópoles para criar a infraestrutura necessária à reprodução capitalista tem contribuído para um número crescente de desempregados que se hospedam em vez de morar nos grandes centros urbanos (SPOSITO, 1997, p.70).

Compreender as diferenças conceituais entre as cidades é crucial para analisar todo o processo de urbanização que o homem experimentou. Segundo Milton Santos, as cidades tratam de decisões subjetivas, de modos de vida, enquanto as cidades são concretas, dimensionais e visíveis.

A cidade hoje é o resultado da sucessão de momentos históricos. Sua produção não se dá de forma definitiva e acabada, pois a cada momento ela se renova, de conformidade com as realizações humanas, assumindo novas formas e funções.

A cidade enquanto produto histórico ou social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com sua história. Portanto, ele vai ser transformado à medida que a sociedade como um todo se modifica (CARLOS, 1992, p. 68).

Visto por essa perspectiva, o capitalismo torna as cidades não apenas “aglomerados” de meios de produção, mas também de pessoas que participam direta ou indiretamente desse processo produtivo, fortalecendo a hierarquização e a socialização por meio da globalização dos meios produtivos. Regiões economicamente mais desenvolvidas em detrimento das regiões menos desenvolvidas.

Essa ligação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é o alicerce para o aumento do capitalismo monopolista, movimento em que os desenvolvidos subordinam os subdesenvolvidos, estabelecendo o que Castells chamou de desenvolvimento dependente (SPOSITO, 1991. P. 69)

A relação de dependência existe entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos promove níveis de urbanização diferentes onde há não apenas separação espacial, no que tange as estruturas físicas, mas, principalmente, segregação social, materializada nas áreas residenciais pelo padrão habitacional, traçados das ruas, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, evidenciado, desta forma, o processo desigual de formação da cidade. É nesta produção desigual que surgem as mais diversas formas de moradias.

Nesta perspectiva, apresenta-se a pesquisa acerca do Conjunto Habitacional Nova Cidade, localizado na Zona Norte da cidade de Manaus, teve início em 1998, mediante ações implementadas pelo Governo do Estado do Amazonas, como parte da política habitacional, visando atender, os servidores públicos estaduais com renda mensal entre três e dez salários

mínimos, através do “Programa de melhoria da Habitação Popular”, (<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=22256>)

Nos termos do Decreto Municipal nº 4.714, de 18 de outubro de 1999, atendendo ao disposto no Procedimento Administrativo nº 5.911/98-URBAM.

O então prefeito de Manaus, Alfredo Pereira do Nascimento, aprovou o traçado do arruamento e o loteamento da área específica e as destinações de áreas específicas de propriedade da SUHAB. (<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-manaus-am>).

Segundo os técnicos da SUHAB, o projeto final do Conjunto Nova Cidade prevê a construção de 12.617 unidades residenciais, com sala de estar, jantar e cozinha, hall, banheiro e dois quartos, com área total de construção de 36,03 metros quadrados (5,46 metros x 6,60 metros), em um lote separado de 128m<sup>2</sup> (8,00m x 16,00m), geralmente 21,97% da área residencial reservada do loteamento, beneficiando aproximadamente 63.085 pessoas. (<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2276/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Telamon%20Barbosa%20Firmino%20Neto.pdf>).

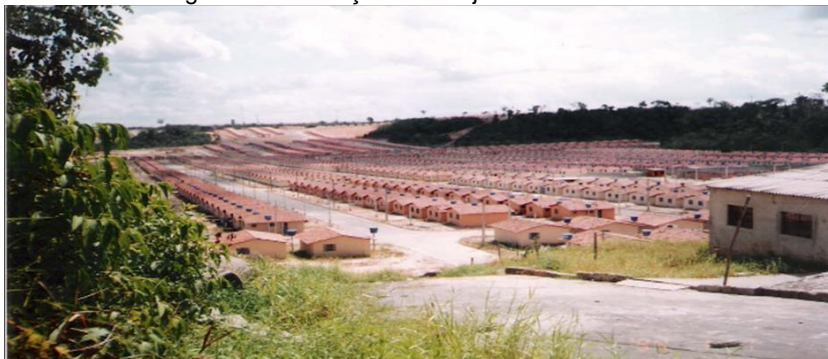
As casas foram financiadas com recurso estadual e designadas ao funcionalismo público estadual sem bens imóveis ou financiados pelo sistema de financiamento habitacional, com renda mensal entre R\$ 600,00 e R\$ 2.500,00 pelo período de até 140 prestações mensais, as parcelas são deduzidas diretamente no holerite.

Um ponto de preocupação generalizada tem a ver com a localização. Vilaça (2001) observa que a grande maioria dos empreendimentos imobiliários populares está localizada do outro lado da cidade, ou seja, em periferias distantes. A distância é gerada por diversos processos, como a dificuldade de acesso a um sistema de transporte satisfatório, o aumento da distância no tempo e em quilômetros, o deslocamento de centros de empregos terciários e subempregos em sentido contrário a esses bairros residenciais.

Segundo Maricato (1997), a política habitacional urbana tem sido relegada a um estado desarticulado do conceito da palavra cidade. Portanto, a habitação urbana em sentido geral deve fazer parte do sistema macro de infraestrutura e serviços urbanos, no caso de inviabilizar a função residencial, pois causa danos ambientais e exige sacrifícios adicionais dos moradores. .

Pelas fotos abaixo é possível verificar como o complexo foi construído, tratando com indiferença os projetos de infraestrutura para moradias saudáveis. (<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2276/1/Dissertation%C3%A7%C3%A3o%20-%20Telamon%20Barbosa%20Firmino%20Neto.pdf>).

Figura 1: Construção do Conjunto Nova Cidade.



Fonte: A.C. Ferreira (2001).

Analisando as funções urbanas no projeto urbanístico do Conjunto habitacional Nova Cidade percebeu-se que há distorção na distribuição de áreas, em particular das que compõe o sistema de lazer em área verde (proteção) bem como a falta de uma fiscalização por parte dos órgãos competentes no resguardo das mesmas. É o caso de apropriação de áreas verdes reservadas pela SUHAB, entendidas como áreas de preservação e áreas que fazem limites com a Reserva Ducke, ocasionado a ocupação desordenada e ilegal através de acréscimo irregulares das dimensões dos lotes além dos limites reservados para o uso residencial. Esse problema foi noticiado pela imprensa local chamando atenção para a “invasão das áreas verdes do Conjunto Nova Cidade”. Observe a Figura 2 abaixo.

Figura 2: Conjunto Habitacional Nova Cidade: Descaracterização das Funções Urbanas.



Fonte: G. Oliveira (2001).

Meffe & Carroll (1997), organizaram um tratado sobre os Princípios da Conservação Biológica e, segundo os autores, a gestão ambiental é regulada pela atenção a alguns princípios básicos ou também chamados de preceitos ético-ecológicos: conservação dos processos

evolutivos, manutenção das dinâmicas ecológicas, integração da presença humana, minimização das ameaças e maximização dos benefícios e, por último, a adoção de uma gestão adaptativa e não totalmente intrusa.

Nesse sentido, a sociedade é chamada a participar do processo de cogestão entre o Estado e seus cidadãos. Num determinado momento histórico e contexto social, a formulação de políticas públicas é amplamente influenciada pela percepção e grau de consciência dos membros da sociedade sobre suas realidades sociais, culturais, políticas, ecológicas e econômicas. Sob esse ponto de vista, cabe abordar os objetivos da Lei 9.790/991999. Regula a habilitação das pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. (<https://www.cnpm.mp.br/portal/institucional/476-glossario/7840-pessoas-juridicas-dedireito-privado>).

Esta parceria preconizada na lei, no sentido de reunião de indivíduos para alcançar um objetivo comum dentro de uma sociedade, foi quase imperceptível no Conjunto Nova Cidade.

Segundo Maricato (1997), a política de habitação urbana sempre esteve relegada a uma condição simplista e desarticulada do conceito da palavra urbana. Assim, a habitação urbana, em seu sentido genérico, necessariamente deve fazer parte de um sistema macro de infraestrutura e serviços urbanos, sob a condição de tornar inviável a função de morar, uma vez que acarreta danos ambientais e exige sacrifício extra de seus moradores.

A partir das fotografias apresentadas abaixo é possível verificar de que forma se deu a construção do conjunto, tratando de forma irrelevante os projetos de infraestrutura básica para uma moradia saudável.

Os procedimentos metodológicos utilizados nos processos da educação não-formal e na participação cidadã são estruturados a partir da linguagem. As vozes que ecoam dos participantes estão sistematizadas ao redor da fala e raramente presente na escrita, trazem emoções, pensamentos, e desejos subjacentes. São vozes que estiveram caladas e por algum motivo impulsionador como (carência socioeconômica, direito individual ou coletivo negado, demanda não atendida etc.), manifestam-se através de atores sociais, dentro de um processo dinâmico de aprendizagem/participação articulam os saberes disponíveis relacionando passados e presente, no sentido de pensar e repaginar os cenários que os permeiam, fato este bastante evidenciado nas escolas através da manifestação da classe discente.

O Projeto Voçoroca implantado nas escolas do Conjunto Nova Cidade vem desenvolvendo atividades voltadas para a preservação ambiental. Os estudantes aprendem a cuidar do ambiente com tarefas simples como compartimentar o lixo em local adequado evitando assim, a contaminação dos diversos ecossistemas que compõe o cenário biótico da região, bem como evitar o surgimento de possíveis patógenos causadores de moléstias.

Envolvidos no projeto, os alunos se voltaram para uma realidade local

preocupante: as áreas verdes do conjunto já sofrem as consequências do desmatamento, que está provocando a erosão de parte dos terrenos, eles também observaram que a falta de árvores no conjunto tem causado prejuízos, a cada tempestade, com ventos mais fortes, que destruíram os telhados das casas.

Figura 3: Casas destelhadas do Conjunto Nova Cidade.



Fonte: G. Oliveira (2001).

Segundo Silva e Santana (2010), a zona norte de Manaus possuía 282.083 habitantes no ano de 2000, tendo sua maioria considerada de classe baixa, embora não haja homogeneidade em termos socioeconômicos. Em 2019 a base populacional encontra-se aproximadamente em 606.924, com renda média de R\$ 891,40 (IBGE, 2010).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesta etapa, o levantamento foi dividido em duas fases, sendo que a primeira teve como foco avaliar os instrumentos utilizados para a gestão ambiental de áreas e paisagens selecionadas por meio de técnicas de sondagem, bem como das instituições e/ou responsáveis por sua gestão. Na segunda, além de avaliar o compromisso da comunidade com a proteção dessas áreas por meio de técnicas de levantamento, tentou-se avaliar a participação das populações que vivem no entorno dessas áreas.

Um volume de 600 questionários de percepção ambiental foi distribuído para membros de associações de bairros, estudantes do ensino fundamental e médio, corpo docente e funcionários das Escolas Públicas Raio de Sol e Ruy Alencar lotadas no Conjunto Habitacional Nova Cidade.

Na elaboração do questionário foram utilizadas perguntas estruturadas e não estruturadas; optou-se então pelo método da representação social na seleção dos participantes, que segundo Moscovici (2003), é o cenário mais convincente para abordar de forma definida os aspectos psicológicos e sociológicos dos participantes. O questionário foi

direcionado a membros e/ou moradores de associações comunitárias, docentes e discentes de duas escolas públicas situadas no Conjunto Habitacional Nova Cidade.

Para que a pesquisa fosse devidamente estruturada, fez-se uso dos seguintes elementos: Bibliografia geral, imagens de satélite e produtos cartográficos, formulários e questionários. Segundo Lakatos, os dados podem ser interpretados através da depuração durante a investigação e a exploração, além disso, conforme Marconi (2001), através dessa metodologia científica, é realizada a aplicação da lógica dedutiva e indutiva à própria pesquisa.

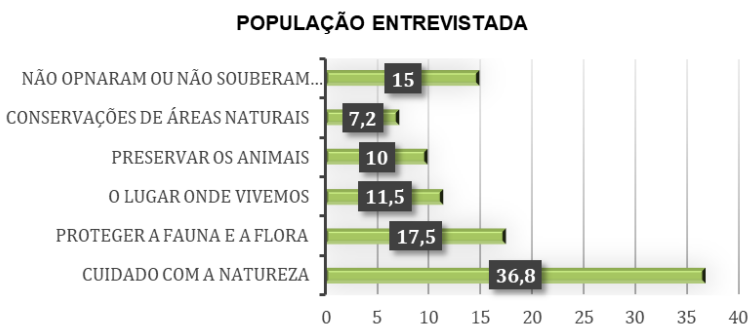
## APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão discutidos os resultados e discussões da participação dos moradores do conjunto residencial Nova Cidade, a fim de buscar a instrumentalização da gestão conjunta para lidar com os problemas socioambientais presentes no conjunto.

Ao se expressar, os atores/sujeitos dos processos de aprendizagem/participação articulam o universo de saberes disponíveis passados e presentes, o esforço de pensar, elaborar, reelaborar sobre a realidade em que vivem. Os códigos culturais são acionados e emanam emoções subjacentes em cada indivíduo. Estes são os resultados apresentados pela população entrevistada.

As informações obtidas nos 600 questionários aplicados foram quantificadas em forma de gráficos para melhor interpretação e discussão dos resultados.

Figura 4: O que representa o Ambiente para a população entrevistada.

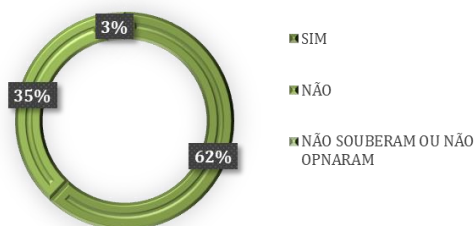


Nesta fase da pesquisa, buscou-se capturar o conhecimento local, através de perguntas não estruturadas ou livres. Dentre os 600 respondentes, (36,8%) afirmaram ou escreveram que meio ambiente representa "zelar à natureza"; (17,5%) dos entrevistados, significa "proteger animais e a vegetação"; (16,1%), constitui o "conjunto de tudo que possui vida"; (11,5%) disseram ou escreveram que é o "lugar onde vivemos"; (10%) significou apenas "preservar a "fauna", (7,2%) responderam que está relacionado com



a “conservação de áreas naturais”; e, (15%), “não opinaram ou não souberam responder”.

Figura 5: Opiniões dos entrevistados sobre como tornar os seres humanos parte integrante do meio ambiente.



Mediante as respostas coletadas, observou-se que a representação social (83%) tendia a ser atribuída à territorialidade (espaço físico natural), sua organização (bióticos e abióticos) e ao protecionismo. Excluir completamente as pessoas do conceito de meio ambiente ainda é muito expressivo. Isso é facilmente demonstrado ao refletir o valor intrínseco de cada cidadão.

Entretanto, na questão posterior, o quadro se inverteu, pois quando questionados se todos os entrevistados concordam que o ser humano é parte complementar do meio ambiente, 372 (62%) responderam “sim” e 208 (35%) responderam “não”. Outros 20 (3%) “não opinaram ou não souberam responder” (Figura 4).

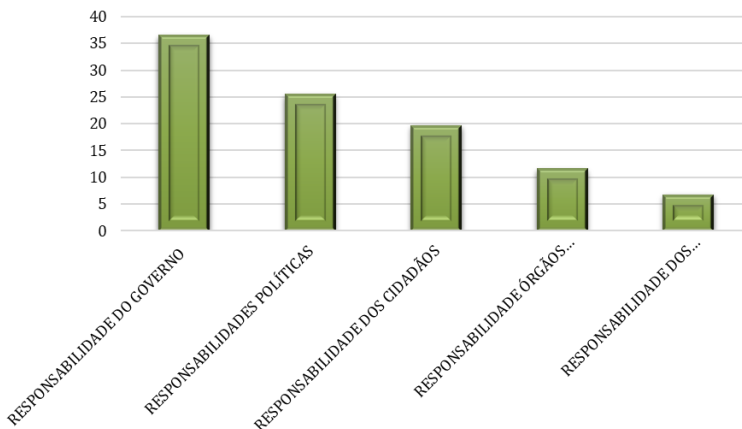
Evidentemente este atributo valorativo do ambiente natural e social é fortemente influenciado por fatores subjacentes (patrimônio histórico e patrimônio genético). Enquadramento sócio-político-econômico. De acordo com o aspecto "refere-se à representação de conteúdo concreto e limitado de imagens, Moscovici (1978) o campo conceitos de modelos sociais e proposições sobre aspectos precisos de objetos" (p. 67 páginas). Comportamento ou atitude "enfoca, em última análise, o posicionamento global em relação aos objetos de representação social" (p. 70).

Assim, neste caso em particular, conhecimento que esses indivíduos receberam por meio de processos educativos formais e/ou informais no decorrer de suas vidas, influenciou fortemente a reprodução e o valor atribuído a ele durante a pesquisa. Notavelmente, mais da metade dos entrevistados considerou os seres humanos como “partes” do todo (meio ambiente), em total contraste com a resposta à pergunta anterior. Isso se deve ao fato de que certos conceitos e valores muitas vezes estão latentes no subconsciente do ser humano, sendo suficiente qualquer indicação

(símbolos, imagens etc.) para se tornar presente nos conceitos adquiridos no decorrer do seu cotidiano.

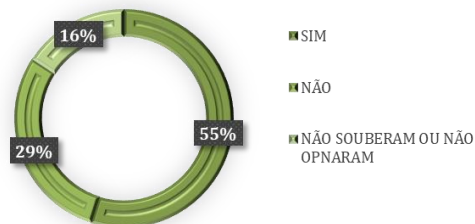
Nesta fase da pesquisa, buscamos entender a percepção pública sobre o nível de engajamento da população local entrevistada acerca da preservação ao meio ambiente, e a deliberação em conjunto entre sociedade e governo.

Figura 6: Opinião dos moradores do Conjunto Habitacional Nova Cidade sobre a responsabilidade da proteção do ambiente.



Quando questionados de quem é a responsabilidade da proteção ambiental, 219 pessoas (36,5%) responderam que responsabilidade pertence ao "governo"; 153 pessoas (25,5%) disseram corresponder às bancadas políticas "políticos"; 118 pessoas (19,7%) disseram que era atribuição dos "cidadãos"; 69 pessoas (11,6%) responderam que era de restrições dos "órgãos de proteção ao meio ambiente"; 40 pessoas (6,7%) acharam que era "adequado para pessoas ligadas à proteção do meio ambiente". Apenas (19,7%) dos respondentes confirmam que a responsabilidade cabe aos cidadãos. Os (79,3%) restantes delegaram suas responsabilidades às instituições governamentais.

Figura 7: Concepção dos moradores do Conjunto Residencial Nova Cidade acerca da relevância da participação social na defesa do meio ambiente.



Questionados sobre a importância da participação social, na defesa das Áreas Naturais do Conjunto Habitacional, entre o universo de 600 pessoas (55%) afirmaram “Sim, a participação civil é muito importante”; 176 respondentes (29%) responderam “Não, acreditam poder da sociedade é muito restrito, dependente do poder do governo”, e 95 pessoas (16%) “não opinaram ou não souberam responder”.

Este resultado, denota certo reconhecimento da importância da participação da sociedade na resolução de políticas públicas. No entanto, observou-se certo grau de comodismo por parte dos entrevistados, incumbindo suas responsabilidades a outros e isentando-se do exercício efetivo do seu direito de cidadania.

Essa resposta, quando confrontada sobre a responsabilidade de proteger o meio ambiente, confirma evidentemente que, na visão dos entrevistados, cabe somente ao poder público o dever de proteção ao meio ambiente.

A administração pública aliada aos anseios dos residentes, podem trazer benefícios não somente para áreas protegidas, mas também para as áreas não protegidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação apresentou como objetivo central: Explorar os mecanismos que contribuem na Gestão associativista para a construção e preservação socioambiental do Conjunto Habitacional Nova Cidade, Manaus-Am, no ano de 2006 a 2019. E mediante o exposto, é possível verificar uma tímida conduta dos moradores, acerca da instrumentalização da gestão associativista com vistas à preservação socioambiental do conjunto.

De acordo com o primeiro objetivo: Identificar mecanismos de inclusão do ser humano no ambiente do Conjunto Habitacional Nova Cidade. Evidencia-se a percepção distorcida do conceito de meio ambiente, haja vista,

a autoexclusão de 80% dos entrevistados do contexto ambiental. Todavia, ocorre uma inversão de percepção quando questionados da seguinte maneira: Se o homem faz parte do meio ambiente, mais da metade responderam que “sim”. Consideram pessoas como elementos integrantes do contexto ambiental. Isto decorre do fato de que certos conceitos e valores são subjacentes ao ser humano.

Ao que se refere ao terceiro objetivo: Especificar a participação social na defesa do ambiente. Mais de 50% dos respondentes consideraram que a participação civil se faz prioritária na dinâmica das mudanças sociais, inferindo-se, deste modo, uma certa consciência, mediante a importância da participação social nas tomadas de decisões das políticas públicas. Entretanto, é notório o estado letargia de uma significativa parcela de entrevistados que abdica do direito de exercer sua cidadania. Este tipo de resposta, quando contrastada com a pergunta sobre a “responsabilidade” da proteção do ambiente, afiança com clareza que, segundo os respondentes cabe apenas à autoridade administrativa a defesa ambiental.

Conclui-se, que o Conjunto Habitacional Nova Cidade foi construído com certa indiferença, em relação aos projetos de infraestrutura para moradias saudáveis. E que a política de habitação para baixa renda sempre esteve numa condição desarticulada do conceito próprio da palavra urbana, uma vez que acarretou danos ambientais e exige esforços extras de seus residentes. Neste sentido, A gestão, com a presença dos seus moradores, pode trazer benefícios não somente para áreas protegidas, mas também para as áreas não protegidas. A administração pública aliada aos anseios dos residentes locais, podem trazer benefícios não somente para áreas protegidas, mas também para as áreas não protegidas. A regulamentação das atividades humanas a serem propostas terão que ser de caráter consensual para contar com o respaldo público. Se a gestão de uma área é impopular, em primeiro lugar deverão ser feitas campanhas de educação e sensibilização para que a população possa internalizar a importância da gestão e da conservação dessa área.

Considerando os resultados, é possível inferir que em 2006 os níveis de participação dos moradores na gestão associativista era discreta, com poucos grupos demonstrando o desejo de participação efetiva da comunidade em visar uma qualidade de vida socioeconômica. No entanto, ao longo dos anos, atualmente, a organização social sofreu transformações positivas e negativas em que houve um favorável crescimento econômico para a população com o aumento do comércio na região, não sendo o mesmo resultado para o desenvolvimento social, onde houve uma crescente base populacional em situação de pobreza, violência, urbanização precária e segregação residencial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Métodos nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2ª Edição. Pioneira Thomson Learnig Ltda, Brasil, 2001, p.203.

BRASIL. **Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o Novo Código Florestal. In: Diário Oficial Federativa do Brasil. Brasília-DF, 16 de setembro de 1965.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 2 de setembro de 1981.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 88.351, de 1º de junho de 1983**. Regulamento as leis de Proteção à Fauna e da Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 3 de junho de 1983.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federal do Brasil**, de outubro de 1988. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990**. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 7 de junho de 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS. **Plano Diretor**: reorganizado Manaus. Manaus Am: Uirapuru, 2003, p.273.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo-SP: Cultrix, 1997. p. 256.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001 – (Repensando a Geografia).

CASTRO, Gr. **Licenciamento ambiental e política pública**. São Paulo: Luzes, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro. Pais e Terra, 1999.

**Código Ambiental do Município de Manaus.** Lei nº. 605, de 24 de julho de 2001.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado meio ambiente:** uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas-SP: Millennium, 2002. p.560.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo. Atica, 2002

DIAS, Gebaldo Freire. **Educação Ambiental:** Princípios e Práticas. 6 ed. Ver. e ampl. Pelo autor. São Paulo-SP: Gauia, 2000, p.551.

KISIL, Marcos. **Comunidade:** Foco de Filantropia e Investimento Social Privado. São Paulo: Global, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recursos Vegetais.** Anuários Estatísticos de 1974 a 2002.

\_\_\_\_\_. **Geografia-Região Norte.** V. 3, 1991, p. 307.

LAKATOS, Eva Maria, ANDRADE, Marina de. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4 ed. rev. Ampl. São Paulo-SP: Atlas, 2001, p.228.

MANAUS. **Lei do Solo Criado.** Lei nº 279, de 05 de abril de 1995.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Cidade de Manaus.** Lei nº 1213, de 02 de maio de 1975. Prefeitura Municipal de Manaus: IMPLAN, 1996.

\_\_\_\_\_. **Código Ambiental do Município de Manaus.** Lei nº 605, de 24 de julho de 2001. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2001.

\_\_\_\_\_. **Código de Postura. Lei nº 988, de 17 de novembro de 1967.** Manaus: Divisão de informática, 1998.

\_\_\_\_\_. **Código Sanitário de Manaus.** Lei nº 392, de 27 de junho de 1997. Prefeitura Municipal de Manaus: Papyrus Industria Gráfica Ltda, 1997.

MARICATO, Maria Ermínia. **Habitação e cidade.** São Paulo. Atual, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOSCOVICI, Sergi. **A representação social da psicanálise.** Petrópolis-RJ: Zahar, 1978.